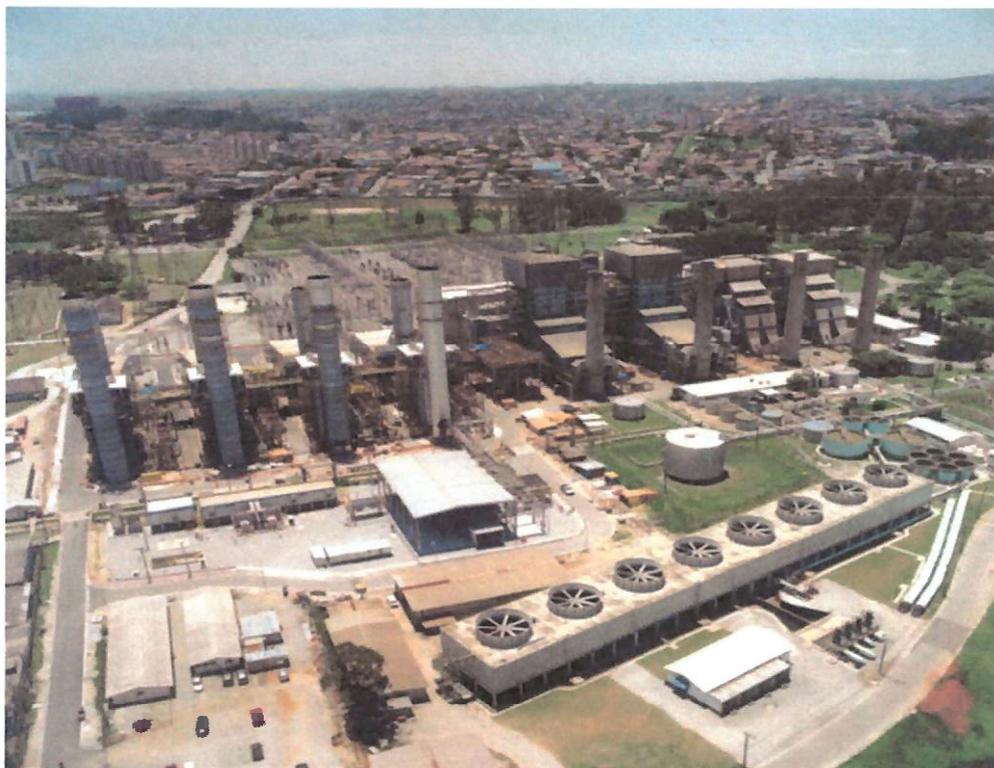


Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2019



BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A. (BSE)



Handwritten signature

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS	3
IDENTIFICAÇÃO GERAL	4
QUEM SOMOS	5
NOSSAS ATIVIDADES	5
NOSSA ESTRATÉGIA	5
NOSSO COMPROMISSO PÚBLICO	6
NOSSA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	6
PROGRAMA PETROBRAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO (PPPC)	7
CÓDIGO DE ÉTICA E GUIA DE CONDUTA	7
PROGRAMA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO	7
CANAL DE DENÚNCIAS	7
NOSSA GESTÃO DE RISCOS	7
FATORES DE RISCO FINANCEIRO	8
RISCO DE MERCADO	8
RISCO DE CRÉDITO	8
RISCO REGULATÓRIO	8
RISCO DE LIQUIDEZ	8
NOSSA SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)	9
NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS	9
NOSSAS METAS	9
NOSSA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADO	10
NOSSO MODELO DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	11
NOSSAS PRINCIPAIS MELHORIAS EM GOVERNANÇA CORPORATIVA	12
NOSSA COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	12



Mensagem da Assembleia de Acionistas

A BSE está engajada com as ações da governança corporativa da acionista controladora, a Petrobras, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regimentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

As alterações que estão sendo promovidas nos sistemas de governança e gestão da acionista controladora tornam a BSE mais sólida e confiável.

Nesse sentido, o Estatuto Social da BSE foi revisado para atender as disposições Legais (Lei das Estatais nº 13.303/16).

Essa e outras iniciativas, como a publicação desta carta de Políticas Públicas e Governança Corporativa, retratam uma evolução e contribuem para o crescimento e atingimento de nossa missão. Estamos pavimentando uma trajetória consistente para o futuro, necessária para a sustentabilidade da BSE e temos certeza que este é um trabalho que está sendo frutífero.

Diretoria Executiva da BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A. - BSE



Identificação Geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, a Assembleia de Acionistas subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da BSE, referente ao exercício social de 2019.

BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A.

CNPJ 03.059.729/0001-21

NIRE 35.300.3486-99

Sede: Praça Marechal Stênio Caio de Albuquerque Lima, nº 01 – Jardim das Indústrias, Cubatão-SP

CEP:

Tipo de Estatal: SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Acionista Controlador: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Tipo Societário: SOCIEDADE POR AÇÕES

Tipo de capital: CAPITAL FECHADO

Abrangência de Atuação: NACIONAL

Setor de Atuação: ENERGIA ELÉTRICA

Auditores independentes: KPMG Auditores Independentes.

Responsável técnico: Milena dos Santos Rosa. Tel.: (21) 2207-9000.

E-mail: mrosa@kpmg.com.br.

Período de prestação de serviços: 01/01/2017 a 31/12/2020.

Conselheiros Fiscais:

Carlos Eduardo Calvão Brust - CPF: 043.212.497-75 (efetivo)

Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - CPF: 338.711.358-79 (efetivo)

Luiz Gustavo Viola Gonçalves - CPF: 084.363.577-01 (efetivo)

Administradores:

Wellington Gomes Lucas - Diretor Administrativo - CPF: 257.618.868-04

Aline Dias Leonardi - Diretora Técnica - CPF: 085.814.857-90

Cubatão, 27 de fevereiro de 2020.



Quem Somos

A BSE foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objetivo arrendar seus ativos para a Petrobras.

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à BSE, o Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O Contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 mil pelo período de 17 anos, até 2024.

Em fevereiro de 2013, o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora (Petrobras) cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga (antiga UTE Fernando Gasparian) da Controladora Petrobras.

Em função do término da outorga à BSE da Concessão, em 07 de julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, naquela ocasião, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 01 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras com vigência até 27 de abril de 2024.

A Administração da Sociedade se dá por meio de uma Diretoria Executiva composta por Diretor Administrativo e Diretor Técnico, sendo os demais órgãos estatutários composto por: Assembleia Geral, Conselho Fiscal com funcionamento permanente, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade.

Nossas Atividades

A BSE é proprietária de dois Turbogeneradores, com 159,9MW – 234MVA de potência, cada um, que estão arrendados para sua Controladora Petrobras. Sendo o Turbogenerador nº 1 cedido na forma de Contrato de Comodato, com vigência até 01 de dezembro de 2019 e o Turbogenerador nº 2 sob a forma de Contrato de Locação, com vigência até 15 de novembro de 2024.

A BSE não possui empregados próprios e todos os custos de Operação e Manutenção dos Turbogeneradores são de responsabilidade da locatária Petrobras.

Nossa Estratégia

Em 27 de fevereiro de 2020, a Diretoria Executiva da BSE submeteu para aprovação em Assembleia de Acionista, o Planejamento Estratégico integrado da BSE para o período 2020-2024, com os seguintes destaques:

- Envolvimento da Diretoria
- 4 métricas de topo orientam o Planejamento Estratégico da Companhia
- Disciplina na execução: acompanhamento sistemático de metas e correção de desvios
- Meritocracia

O Planejamento Estratégico tem como referencial a Missão, Visão e Valores que foram estabelecidas a fim de balizar as perspectivas futuras de negócios, com projeções e metas operacionais e financeiras, que se constituem em crenças e premissas das Diretorias das companhias.

A missão é “Manter e Gerir o contrato de locação dos Turbogeneradores e da Usina Piratininga por meio de Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; Ética e transparência; Superação e confiança; e Resultados, visando gerar valor para seus acionistas, colaboradores e sociedade”. E a visão: “Uma empresa de arrendamento de ativos em energia, competitiva e rentável, que evolui com a sociedade paulista”.

São quatro os valores da BSE:

- Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente
- Ética e transparência;
- Superação e confiança; e
- Resultados.

A BSE enxerga com otimismo o futuro dos negócios de energia e, alinhado às Estratégias de sua Controladora, tem como base três pilares:

- **Otimização da capacidade de geração:** maximizar o valor de retorno aos acionistas;
- **Excelência em gestão e operação:** perseguir o melhor em tudo que é realizado, em todos os processos de gestão e operação, de forma sustentável;
- **Foco em SMS:** manter e fortalecer a cultura de SMS em todas as áreas, adequando a infraestrutura física e operacional.

Nosso Compromisso Público

A BSE uma sociedade de economia mista, localizada em Cubatão – SP e tem como objetivo arrendar seus ativos (02 Turbogeneradores) para a Controladora Petrobras.

A Contribuição para a consecução do interesse público da quotista controladora, uma sociedade de economia mista, deve ser compatível com o objeto social da BSE e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Nossa Estrutura de Controles Internos

A partir de 03/09/2018, em razão da sua estrutura e com a aprovação do seu novo Estatuto Social, a BSE constituiu a esfera do Conselho Fiscal permanente e passou a compartilhar alguns órgãos estatutários do

acionista Petrobras conforme artigo 14 do Decreto Federal nº 8.945/2016, bem como Título III, Capítulo I, Artigo 8 do Estatuto Social, quais sejam: (a) Comitê de Auditoria Estatutário e (b) Comitê de Elegibilidade.

Considerando que a estrutura da Empresa é bem reduzida, os controles internos da BSE foram dimensionados pela Controladora (Petrobras), considerando o tamanho da Companhia, bem como o apoio dado pela mesma, abrangendo o compartilhamento de estrutura de (a) Auditoria Interna; (b) Gerenciamento de Riscos; (c) Conformidade; e, por fim, o (d) Canal de Denúncias.

Programa Petrobras de Combate à Corrupção (PPPC)

Desde 2016, a Diretoria Executiva da BSE aprovou a adoção do Programa Petrobras de Combate à Corrupção (PPPC) no âmbito de sua Gestão, a fim de nortear todas as suas condutas e operações, alinhadas às da acionista controladora Petrobras.

Código de Ética e Guia de Conduta

Possuímos políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, tais como o Código de Ética e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras. Esses dois documentos se aplicam aos membros do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, aos colaboradores e aos prestadores de serviços da BSE, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da Companhia e nas suas relações com todas as partes interessadas.

Programa de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Em 11/12/2018, a Diretoria Executiva da BSE aprovou a Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, com a finalidade de internalizar na Empresa tal mecanismo de forma a detectar, analisar e comunicar situações potencialmente suspeitas e operações atípicas.

Canal de Denúncia

A BSE possui um canal de denúncias disponibilizado pela acionista controladora Petrobras, como uma forma de ampliar seu comprometimento com a transparência e a ética, para recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Ética e do Guia de Conduta e das demais normas internas e ações ou omissões contrárias à Lei.

Para acessar no sítio eletrônico: <https://contatoseguro.com.br/petrobras>

Nossa Gestão de Riscos

Os Riscos da Companhia se limitam a existência de cliente único (Petrobras), bem como a aplicação de recursos financeiros no FIDC, tais como:

Risco Financeiro

As atividades financeiras da Companhia não a expõem a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. Durante o decorrer do período do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A Companhia possui seus investimentos em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), administrados por sua Controladora Petrobras, considerado de baixo risco pois não possuem nenhum percentual de renda variável ou exposição cambial. O rendimento desses Fundos é muito próximo a 100% do CDI.

Risco de Mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Como a Companhia não possui financiamentos, não está sujeita a esse risco.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Devido suas operações serem destinadas a um único cliente, a Petrobras, os riscos podem ser consideráveis.

Risco Regulatório

É o risco que resulta para uma empresa ou ativo de possíveis medidas ou alterações legais por parte de um regulador, ou do governo e, conseqüentemente, provocarem impactos negativos sobre a sua atividade ou rentabilidade. As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de Liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas da elaboração do fluxo de caixa anual da Companhia, prevendo desembolsos e recebimentos futuros, os quais são monitorados mensalmente pela Diretoria Executiva.



Nossa Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

Os programas de SMS da BSE são realizados por sua acionista controladora – Petrobras, que detém as atividades de operação e manutenção da Usina Piratininga e dos dois Turbogeneradores de propriedade da BSE.

Nossos Principais Resultados

Os efeitos não recorrentes com a implementação do IFRS16 (CPC06/R2) e multas e juros sobre o recolhimento de IR e CSLL fora de prazo impactaram no Resultado do Exercício 2019, que registrou Lucro Líquido de R\$ 3.938 mil. Ao excluir esses efeitos não recorrentes, o Resultado teria sido na ordem de R\$ 16.616 mil, conforme **Tabela 1** a seguir.

Tabela 1 – Demonstração de Resultado 2019

DRE (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ %	Impactos DRE - Eventos não recorrentes		Destaques
Receita de arrendamento	-	80.307	(80.307)	(100%)	-	-	Lucro Bruto: com a adoção do IFR16 (CPC 06/R2), a empresa reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, deixando de existir receitas e custos de arrendamento
Custo do arrendamento	-	(82.293)	82.293	(100%)	-	-	
Lucro (Prejuízo) Bruto	-	(1.986)	1.986	(100%)	-	-	
Gerais e Administrativas	(3.664)	(3.499)	(165)	5%	(3.664)	-	Despesas Tributárias: aumento refere-se aos impostos recuperáveis, que com a adoção do IFRS 16, não são mais considerados como recebíveis no arrendamento sendo remensurados nas Demonstrações de Resultado.
Tributárias	(11.047)	(4.255)	(6.792)	160%	(2.564)	(8.483)	
Despesas operacionais	(14.711)	(7.754)	(6.957)	90%	(6.228)	(8.483)	
Lucro antes do result. financ. e impostos	(14.711)	(9.740)	(4.971)	51%	(6.228)	(8.483)	Receita Financeira: Com a adoção do IFRS 16, passamos a reconhecer a receita financeira referente apropriação de juros sobre subarrendamento com a Petrobras (R\$26,44milhões), além do reajuste sobre o contrato (R\$10,58 milhões) no 3º Trim.
Resultado financeiro líquido	25.674	43.131	(17.457)	40%	29.870	(4.196)	
Receitas financeiras	74.362	28.147	46.215	(164%)	74.362	-	
Despesas financeiras	(48.688)	(1.020)	(47.668)	(4673%)	(44.492)	(4.196)	
Variações monetárias, líquidas	-	16.004	(16.004)	100%	-	-	
Resultado antes dos impostos	10.963	33.391	(22.428)	(67%)	23.641	(12.678)	
Imposto de renda e contribuição social	(7.025)	(22.400)	15.375	(69%)	(7.025)	-	
Lucro do período	3.938	10.991	(7.053)	(64%)	16.616	(12.678)	

Despesas Financeiras
as principais variações referem-se a:
i) multa e juros sobre o recolhimento em Jan/2019 e atraso do IRPJ e da CSLL referente aos exercícios de 2016 e 2017 (juros R\$ 1,85 milhão e multa R\$ 2,34 milhões);
ii) Com a adoção do IFRS 16, passamos a reconhecer a despesa financeira referente apropriação de juros sobre arrendamento com a EMAE (R\$ 27,40 milhões) e;
iii) Em jun/2019, ocorreu o reajuste do arrendamento da EMAE (R\$ 17,06milhões).

As informações financeiras e contábeis consolidadas, auditadas pelos auditores independentes, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), estão disponibilizadas no sítio eletrônico: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-subsidiarias-econtroladas/outras-empresas-controladas-do-sistema-petrobras/>

Nossas Metas 2019

A adoção do IFRS16 e os eventos não recorrentes comprometeram atingimento das Metas 2019 dos indicadores de EBITDA e IRENT da BSE, conforme apresentado na **Tabela 2** abaixo.

Tabela 2 – Metas 2019

Indicadores	Meta 2019	Realizado	Realizado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	30.100	-12.855	27.733
IRENT (%)	6,7%	0,6%	5,3%
TAR	0	0	0

Legenda
 EBITDA = (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)
 IRENT = (Lucro Líquido / Ativo Total)
 TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

Memória de Cálculo	Realizado 2019	ajuste	Realizado Ajustado
a) Lucro Líquido	3.938	12.678	16.616
b) Ativo Total	629.050	-316.171	312.879
IRENT = (a / b)	0,6%		5,3%
c) Prejuízo Operacional	-14.711	8.483	-6.228
d) Depreciação e amortização	1.856	0	1.856
e) Receita Turbogenerador nº 2	0	32.105	32.105
EBITDA = (c + d + e)	-12.855		27.733

No entanto, com a eliminação dos efeitos não recorrentes e do impacto provocado com a adoção do IFRS16, as Metas de EBITDA e de IRENT alcançaram, respectivamente, 92% e 79% das Metas estabelecidas.

Nossa Proposta de Destinação de Resultado 2019

Conforme disposição legal (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado. O Estatuto da BSE prevê que a Assembleia poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Dessa forma, em 17 de janeiro de 2020, a BSE efetuou o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos referentes aos exercícios de 2017 e 2018, no montante de R\$ 32.371 mil, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019.

A proposta de Destinação de Resultado relativa ao exercício de 2019 elaborada pelos Administradores da Sociedade que será encaminhada à deliberação em Assembleia de Acionistas, prevê a distribuição de R\$ 3.741 mil em dividendos aos acionistas, conforme apresentado na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado

Proposta de Destinação do Resultado (em R\$)	2019
Lucro Líquido do Exercício	3.938.142,25
Reserva Legal (5%)	196.907,11
Lucro Básico para determinação do dividendo	3.741.235,14
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	935.308,78
Dividendos adicionais propostos	2.805.926,35
Total de Dividendos Propostos	3.741.235,14

Nosso Modelo de Governança e Sustentabilidade

Em atendimento a Lei 13.303/16, em 2018, a BSE reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras), os Projetos Socioambientais da Usina Piratininga, que se encontra arrendada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Até 02/09/2018, a estrutura de governança corporativa da BSE era composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva (Composta do Diretor Administrativo e Diretor Técnico).

Com a reforma estatutária para atender as disposições legais (Lei das Estatais nº 13.303/16), a partir de 03/09/2018, o Conselho de Administração deixou de existir. Com isso, a estrutura de governança corporativa passou a ser composta pela Assembleia de Acionistas, Diretoria Executiva (Composta do Diretor Administrativo e Diretor Técnico), Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade.

São realizadas reuniões trimestrais, em conjunto ou não, entre os membros da estrutura de governança, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da companhia, com ênfase nas Demonstrações Financeiras Trimestrais, Destinação de Resultado e Desempenho Econômico. Para o exercício de 2019, estão previstas ao menos quatro reuniões da Assembleia de Acionista.

Em 01/02/2019, o Conselho Fiscal foi instalado pela Assembleia e é composto por 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, admitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão dos negócios da companhia, de acordo com as estratégias, os objetivos e as diretrizes fixadas pela Assembleia de Acionista. É composta pelo Diretor Administrativo e pelo Diretor Técnico.

Os membros da Diretoria Executiva atuam em conjunto, nas atividades da unidade, nos termos de suas atribuições previstas no Estatuto Social da Sociedade, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Nossas Principais Melhorias em Governança Corporativa

Em 2019, promovemos ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da companhia e em conformidade com as exigências de novos normativos de governança adotados pela companhia, como diversas Políticas da Petrobras, em atendimento à Lei 13.303/2016 e ao Decreto 8.945/2016.

a) Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

A Carta de Governança é uma exigência da Lei 13.303/2016, do Decreto 8.945/2016 e a BSE está realizando a publicação desta, destinada ao público em geral e reunindo, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da Companhia.

b) Programa de Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa

Ao longo de 2019, os Administradores e Conselheiros Fiscais da BSE realizaram treinamentos específicos disponibilizados pela Companhia sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei no 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais temas relacionados às atividades de Governança Corporativa.

c) Plano Organizacional Básico (PBO)

Em 03/09/2018, foi aprovada a reforma do Estatuto Social da BSE em conformidade com a Lei nº 13.303/16 e ao Decreto nº 8.945/16. Atualmente, a Companhia é composta pelos seguintes órgãos Estatutários:

- Assembleia Geral;
- Diretoria Executiva (Diretor Administrativo e Diretora Técnica);
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário (utiliza a estrutura do Conglomerado Petrobras); e
- Comitê de Elegibilidade (utiliza a estrutura do Conglomerado Petrobras).

A Diretoria está avaliando em conjunto com o Acionista (Petrobras) a proposta de implementação do Plano Básico Organizacional da Companhia.

Nossa Composição e Remuneração da Administração

A Administração é composta por dois Diretores Executivos (Diretor Administrativo e Diretora Técnica) e por um Conselho Fiscal composto por 3 membros permanentes.

O Conselho Fiscal é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da Lei 13.303/2016. É composto por três membros efetivos e um membro suplente, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, duas reeleições consecutivas.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais que são submetidos a apreciação da Secretaria Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76.

A Assembleia de Acionistas da BSE, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2019, aprovou a remuneração global dos Conselheiros Fiscais em até R\$ 76.618,42, conforme recomendado pela SEST em Nota Técnica 8361/2018-MP, entre o período compreendido de abril de 2018 e março de 2019. A remuneração para o período entre abril de 2019 e março de 2020 aguarda validação da SEST e aprovação em Assembleia.

A Diretoria Executiva é composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo e um Diretor Técnico, indicado pelo acionista Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, ambos eleitos pela Assembleia de Acionistas, dentre brasileiros residentes no país, para um mandato de até dois anos, permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

A remuneração da Diretoria está sendo efetuada pela Controladora Petrobras e deverá ser reembolsada pela Sociedade.

Maiores informações sobre a BSE, curriculum e experiência profissional dos administradores e conselheiros, podem ser obtidas através do sítio eletrônico:

<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principaissubsidiarias-e-controladas/outras-empresas-controladas-do-sistema-petrobras/>

